

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Especialização *Latu Sensu* Em Transtornos Do Espectro Do Autismo

Marília Beatricci de Souza Pagio

**PSICOLOGIA E INTERVENÇÕES PARA O AUTISMO: revisão bibliográfica de
publicações brasileiras**

Belo Horizonte

2020

Marília Beatricci de Souza Pagio

**PSICOLOGIA E INTERVENÇÕES PARA O AUTISMO: revisão bibliográfica de
publicações brasileiras**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de especialização *latu sensu* em Transtornos do Espectro do Autismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Transtornos do Espectro do Autismo

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Porlan Oliveira

Belo Horizonte

2020

150 P136p 2020	<p>Pagio, Marília Beatricci de Souza.</p> <p>Psicologia e intervenções para o autismo [recurso eletrônico] : revisão bibliográfica de publicações brasileiras / Marília Beatricci de Souza Pagio. - 2020.</p> <p>1 recurso online (32 f.) : pdf</p> <p>Orientadora.: Thaís Porlan Oliveira.</p> <p>Monografia apresentada ao curso de Especialização em Transtornos do Espectro do Autismo - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Autismo. 2.Psicologia. I. Oliveira, Thaís Porlan. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CURSO DE TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO

UFMG

ATA DA DEFESA DA MONOGRAFIA DA ALUNA MARÍLIA BEATRICCI DE SOUZA PAGIO

Realizou-se, no dia 14 de março de 2020, às 09:30 horas, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de monografia, intitulada *PSICOLOGIA E INTERVENÇÕES PARA O AUTISMO: revisão bibliográfica de publicações brasileiras*, apresentada por MARÍLIA BEATRICCI DE SOUZA PAGIO, número de registro 2018703263, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). THAIS PORLAN DE OLIVEIRA - Orientador (UFMG), Prof(a). Aline Abreu e Andrade (LINK), Prof(a). Jeane Maria Mendes (TIMI).

A Comissão considerou a monografia:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 14 de março de 2020.

Prof(a). THAIS PORLAN DE OLIVEIRA (Doutora)

Prof(a). Aline Abreu e Andrade (Doutora)

Prof(a). Jeane Maria Mendes (Mestre)

RESUMO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento e tem como características essenciais prejuízos na comunicação social recíproca e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Um dos problemas enfrentados pela população brasileira em relação ao TEA é a formação deficiente dos profissionais que deveriam identificar sinais precoces de autismo. Publicações científicas atualizadas e veiculadas pela internet seriam a maneira mais acessível de viabilizar este conhecimento. O presente trabalho visou realizar um levantamento acerca das publicações brasileiras sobre as intervenções aplicadas por psicólogos aos casos diagnosticados ou com suspeita diagnóstica de TEA. Para tal, foi realizada busca nas bases de dados Capes e Scielo, utilizando as palavras-chave “Autismo”, “Transtorno do Espectro do Autismo”, “Transtornos do Espectro do Autismo” e “Asperger”. Em seguida, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão no intuito de selecionar apenas os artigos que tratassem de intervenções. A amostra final conta com 27 artigos. Destes, três foram classificados como Teóricos, oito como Empíricos e 16 como Estudos de Caso, de acordo com classificação elaborada pela autora. Os resultados apontam um número baixo de publicações que contenham intervenções aplicadas aos TEA no Brasil por parte dos profissionais da psicologia. É necessário que haja um aumento do número de publicações em português para que a população com o transtorno receba acompanhamentos mais adequados e precoces no país.

Palavras-chave: Autismo, Psicologia, Publicações brasileiras.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder. Its main diagnostic criteria are deficits in social communication and social interaction and restricted, repetitive patterns of behavior, interests, or activities. One of the problems related to ASD by the Brazilian population is the poor training of professionals who can identify early signs of autism. Up-to-date scientific publications available on the Internet may have a more accessible way of making this knowledge possible. This study aimed to research Brazilian publications about interventions applied by psychologists for people with ASD confirmed or suspected diagnosis. To achieve this purpose, a search was made through Capes and Scielo databases, using the keywords "Autism", "Autism spectrum disorder", "Autism spectrum disorders" and "Asperger". Then, it was determined inclusion and exclusion criteria in order to select only those articles describing interventions. The final sample has 27 articles. Three were classified as Theoretical, eight as Empirical and 16 as Case Studies, according to the author elaborated classification. The results show that there are too few publications containing applied interventions by Brazilian psychologists to people with autism. There is a need to increase the amount of Portuguese publications in order to offer proper and early assistance to this group.

Keywords: Autism, Psychology, Brazilian publications.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	7
2 OBJETIVOS	11
3 METODOLOGIA.....	11
4 RESULTADOS	13
5 DISCUSSÃO	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento e tem como características essenciais prejuízos na comunicação social recíproca e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Estas características se apresentam desde a infância e trazem danos para o funcionamento do indivíduo na realização das atividades de vida diária. O TEA pode, ainda, se manifestar de diversas maneiras a depender da idade e da capacidade do indivíduo, além das intervenções e apoio recebidos ao longo da vida (*American Psychiatric Association* [APA], 2014). A ausência de etiologia clara somada a esta gama de expressões comportamentais exigem que o diagnóstico do TEA se baseie, principalmente, em avaliação clínica qualitativa, podendo associar-se a instrumentos de avaliação (Bosa, Zanon & Backes, 2016). O autismo não tem cura e os indivíduos com esta condição precisam ser acompanhados a longo prazo (Xu et al., 2018).

Até 2013, ano de publicação do DSM-5, a Síndrome de Asperger era considerada como um transtorno isolado. A partir desta data, a *American Psychiatric Association* (APA) realizou a fusão destes dois diagnósticos, Asperger e Autismo em TEA, por considerar que ambos não se constituem como transtornos distintos, e sim que seus prejuízos se enquadram em um *continuum*, variando apenas em intensidade (APA, 2014).

Um levantamento realizado por Xu et al. (2018) identificou prevalência de TEA em 2,79% dos indivíduos com idades entre três e 17 anos. Os dados de prevalência mais amplamente aceitos indicam que, nos Estados Unidos, a prevalência era de 1,72% no ano de 2014 (Sociedade Brasileira de Pediatria [SBP], 2019). Hahler e Elsabbagh (2015) estimaram que, a nível mundial, o transtorno afeta de 1% a 2% da população. No Brasil, até então, não existem dados oficiais de prevalência do TEA. Em 2019, foi sancionada a lei que inclui perguntas sobre o referido transtorno no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a ser realizado no ano de 2020 (Lei nº 13.861, 2019).

Nos Estados Unidos, segundo Oda (2018), há uma grande demanda por mão de obra qualificada, o que acaba por mobilizar a constante formação dos profissionais que trabalham com Análise Aplicada do Comportamento (*Applied Behavior Analysis*, ABA, na sigla em inglês). A autora afirma, ainda, que “A diversidade de metodologias e instrumentos e o refinamento de procedimentos para avaliação e tratamento caracterizam o cenário atual da área [nos EUA]” (Oda, 2018, p. 93). Ainda em relação ao ABA nos EUA, há uma certificação reconhecida internacionalmente (*Board Certified Behavior Analyst – BCBA*). Pastrana et al. (2018) realizaram uma seleção dos 20 programas de formação com maior índice de aprovação

no BCBA. A partir daí, os mesmos autores elaboraram uma lista das 80 publicações mais influentes no estudo da Análise do Comportamento aplicada ao TEA. Estes dados nos dão uma noção acerca da quantidade de produções científicas norte-americanas, e também da rigidez de seu controle de qualidade.

As famílias de pessoas com TEA no Brasil, além de enfrentar a incerteza acerca da etiologia do transtorno e lidar com dados inconsistentes sobre a prevalência, se deparam com outro problema: a formação deficiente dos profissionais que deveriam identificar sinais precoces de autismo. Visani e Rabello (2012) enfatizaram a importância de ensinar aos médicos pediatras a reconhecer os primeiros sinais do TEA, já que eles têm acesso às crianças desde a mais tenra idade. Flores e Smeha (2013) apontaram que os pediatras e neuropediatras não têm capacitação para identificar estes sinais, o que acarreta um atraso significativo no diagnóstico e, conseqüentemente, no início das intervenções. Tal problema se agrava pois, segundo a literatura atual, a intervenção precoce é determinante para a redução dos sintomas de TEA e para a inclusão do indivíduo na sociedade com o mínimo de danos (Flores & Smeha, 2013; Lemos, Salomão, Aquino & Agripino-Ramos, 2016; Visani & Rabello, 2012; Xu et.al., 2018; Zanon, Backes & Bosa, 2017). Zanon et al. (2017), em sua pesquisa, investigaram a idade na qual as crianças recebem diagnóstico de TEA no Brasil. Elas concluíram que os pais e cuidadores brasileiros percebem os primeiros sinais do transtorno quando a criança tem cerca de dois anos, mas o diagnóstico ocorre somente por volta dos 5 anos de idade. A realidade do Brasil, portanto, é desfavorável para o suporte a esta população. Visani e Rabello (2012) destacaram que é papel do psicólogo difundir conhecimento sobre este tema, de modo a informar médicos da primeira infância acerca dos sinais e da necessidade de diagnóstico e intervenção precoces.

Ainda em relação ao diagnóstico, é necessário apontar aqui os problemas relacionados à avaliação psicológica voltada para os TEA no Brasil. Pesquisadoras brasileiras, ao realizar investigações acerca deste tema, afirmaram que a maioria dos instrumentos utilizados atualmente não foram construídos no país e, portanto, não têm como base a realidade desta população (Bosa et al., 2016; Kinippeberg, Garcia & Machado, 2020). Seize e Borsa (2017) realizaram uma revisão sistemática no intuito de investigar publicações referentes a construção, tradução, aplicação ou validação de instrumentos de rastreio de sinais precoces de TEA. Ao todo, foram encontrados 34 artigos, nenhum brasileiro. As autoras afirmaram que há uma escassez de instrumentos no Brasil, o que mantém a ocorrência de diagnósticos tardios.

O Ministério da Saúde do Brasil lançou, em 2014, uma cartilha intitulada “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)” (Ministério

da Saúde, 2014). Este documento traz como referência um único instrumento de rastreamento/triagem de indicadores do autismo adaptado e validado no Brasil, o *Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-Chat)*. Apesar da afirmação contida nesta cartilha, Seize e Borsa (2017) argumentam que os resultados de estudos citados pelo Ministério da Saúde não são suficientes para considerar que o instrumento é válido para uso livre no Brasil, havendo a necessidade de novas pesquisas neste âmbito.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) é o órgão regulamentador da profissão de psicólogo no Brasil. Este órgão criou um site, o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), para verificar requisitos técnicos dos testes psicológicos gerais disponíveis e regulamentar quais instrumentos podem ser utilizados pelos profissionais da categoria (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2020). Neste site, no entanto, não constam instrumentos específicos para detecção de sinais do TEA, bem como não há qualquer informação acerca do M-Chat, apesar de este ser o único instrumento recomendado pelo Ministério da Saúde brasileiro. Assim, é possível delinear alguns problemas: a escassez de instrumentos desenvolvidos especificamente para a população brasileira, a escassez de instrumentos traduzidos, adaptados e validados para a realidade desta população e a falta de concordância entre os profissionais da área, destacando-se Ministério da Saúde e o CFP. Faz-se necessário, assim, incentivo à pesquisa realizada no Brasil para tentar sanar estes problemas.

Lemos et al. (2016) foram além do aspecto médico no atendimento à população com TEA e realizaram um levantamento sobre a escolarização das crianças, através de entrevistas semiestruturadas respondidas por professoras, mães e pais de crianças com diagnóstico de TEA. Segundo as autoras, o papel do psicólogo na escola é fundamental para viabilizar a inclusão através de acompanhamento realizado diretamente à criança, atuação com a família, com os professores e toda a equipe escolar, com as outras crianças que frequentam a escola e suas famílias. Schmidt et al. (2016) analisaram as entrevistas conduzidas com professores de alunos diagnosticados com TEA incluídos em escolas de ensino regular e constataram que estes docentes não tinham informações suficientes acerca do transtorno em questão. Os autores recomendam que os professores recebam formação continuada no intuito de ter ferramentas cada vez mais adequadas para a inclusão.

Em relação às intervenções, pesquisadores afirmam que, dado que os graus e sintomas dos TEA variam entre os indivíduos, ainda não é possível definir um único tipo de intervenção que seja efetivo para todos, demandando delineamentos de atendimento individualizados (Benitez & Domeniconi, 2018; Lampreia, 2007; Ministério da Saúde, 2014; SBP, 2019; Xu et al., 2018). Além das intervenções no comportamento, medicamentos psicotrópicos são

amplamente utilizados para tratar sintomas como hiperatividade, desatenção, impulsividade, comportamentos agressivos e explosivos, autolesões, comportamentos obsessivo-compulsivos, rigidez, comportamentos repetitivos, ansiedade, depressão e distúrbios do sono (Xu et al., 2018). Como o Conselho Federal de Medicina no Brasil (CFM, 2009) regulamenta que o diagnóstico e a prescrição de medicamentos são atos de competência exclusiva de médicos, cirurgiões-dentistas e veterinários, nos casos restritos a cada especialidade, o psicólogo tem a possibilidade de atuar apenas com intervenções e acompanhamentos no comportamento dos indivíduos, tanto no caso dos TEA como nas demais intervenções psicológicas.

Paula, Belisário Filho e Teixeira (2016) investigaram o nível de conhecimento sobre TEA dos estudantes de psicologia no final da graduação. Através de um questionário de autorrelato, 62,4% dos universitários afirmaram que seu conhecimento sobre o transtorno era insuficiente. Assim, podemos deduzir que, para difundir conhecimento e auxiliar no trabalho dos demais profissionais, estes psicólogos terão que buscar informações por iniciativa própria, seja durante ou após a graduação. O acesso à informação de qualidade torna-se primordial para o trabalho do psicólogo. Acredita-se que as informações mais atuais são veiculadas através de publicações científicas, disponíveis em grande escala na internet. Atualmente, há facilidade em buscar quaisquer dados através da internet, em contraposição a outros meios de comunicação (revistas impressas e livros, por exemplo). Seguindo esta lógica, infere-se que os profissionais da psicologia que realizam intervenções direcionadas à população com TEA têm acesso facilitado às informações veiculadas na rede. Assim, considera-se que as intervenções comportamentais baseadas em evidências para os TEA deveriam ser mais amplamente disponibilizadas desta maneira (através de artigos científicos veiculados por meio da internet).

Para que as informações veiculadas sejam melhor aproveitadas por seus leitores, é necessário que seja dada a devida atenção a alguns detalhes. Quando estes dados são disponibilizados em língua portuguesa, potencializa-se a facilidade de acesso às informações, já que o conteúdo não fica restrito a pessoas que tenham a habilidade de ler em línguas estrangeiras e exclui-se a necessidade de utilização de tradutores. Além disto, destaca-se o conceito de “realismo ingênuo” apontado por Melnik, Souza e Carvalho (2014) em sua pesquisa sobre a importância da prática baseada em evidências na área da psicologia. Segundo este conceito, pautamos nossas crenças em nossas intuições e acreditamos que o mundo externo é exatamente da maneira como o vemos. Isto pode acarretar erros na leitura e interpretação de informações ambíguas, já que a tendência será crer apenas na parte da informação que corrobora nossas crenças. Portanto, além da divulgação de conhecimento de qualidade, os procedimentos de intervenção precisam ser explicitados em detalhes, para garantir que as intervenções sejam

claramente conhecidas e tenham possibilidade de serem replicadas com fidedignidade. Assim sendo, podemos considerar que o acesso à informação de qualidade, de produções científicas nacionais específicas para intervenções com TEA, está associado à demanda por qualificação adequada dos profissionais da psicologia. Uma formação de qualidade tem como parte o acesso a informações recentes sobre atuação profissional. Além disso, difundir informações científicas relevantes em publicações em português pode dar um importante suporte para aumentar o conhecimento e auxiliar o planejamento de intervenções.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho teve por objetivo analisar a produção científica brasileira sobre intervenção em autismo na área da psicologia nos últimos 20 anos (entre os anos de 2000 e 2019). Pretendeu-se compreender as especificidades das pesquisas que abordam a intervenção para o autismo na área da psicologia no Brasil, atentando para os tipos de estudo, quais as intervenções realizadas e quais as abordagens que os embasaram.

3 METODOLOGIA

Foi realizada revisão descritiva da literatura brasileira acerca dos TEA. A coleta de dados foi realizada nos meses de outubro a dezembro de 2019, nas bases de dados online Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e portal de periódicos da Capes, ambos com acesso pela rede da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A busca se deu através da utilização dos seguintes descritores: “Autismo”, “Transtorno do Espectro do Autismo”, “Transtornos do Espectro do Autismo” e “Asperger”. Este último termo foi incluído pois, até a publicação do DSM-5 (APA, 2014), a síndrome de Asperger era classificada como um transtorno independente e, portanto, o termo poderia ter sido utilizado isoladamente nas publicações. Dado que atualmente considera-se a síndrome de Asperger como um dos TEA, considerou-se importante incluir as pesquisas relacionadas a esta síndrome no mesmo período. Foram selecionados, a partir de critérios descritos abaixo, artigos científicos publicados em revistas especializadas sobre o tema proposto, entre os anos 2000 e 2019 e que tivessem texto completo disponível para consulta. Os critérios também envolveram a utilização de filtros específicos para selecionar apenas artigos em português e que tivessem a psicologia como campo de estudo principal. Os dados encontrados nas duas bases foram cruzados e os trabalhos em duplicidade foram excluídos.

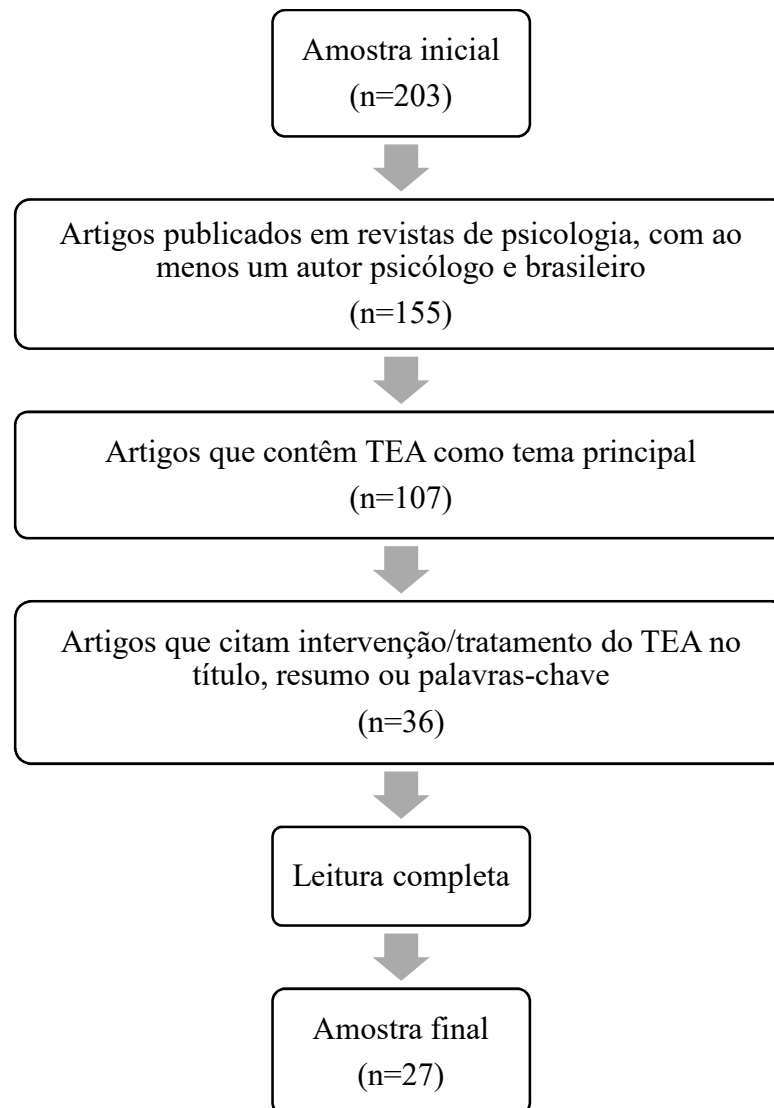
Depois da primeira busca, a amostra inicial continha um total de 203 artigos. A partir desta etapa, os seguintes critérios de inclusão de artigos para análise dos resultados foram adotados: (1) artigos publicados em revistas na área de psicologia ou que tivessem ao menos um autor psicólogo e brasileiro; para conferência desse critério foi realizada busca do currículo Lattes dos autores, na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; (2) artigos que trouxessem TEA como tema principal, a partir do destaque desta informação no título, resumo ou palavras-chave; foram excluídos os artigos que apenas citavam os TEA ou não os traziam como único tema de estudo; (3) artigos que citavam intervenção/tratamento do TEA no título, resumo ou palavras-chave, para atender ao objetivo do estudo de verificar apenas as produções referentes às intervenções nos TEA.

Após revisão baseada no conjunto de critérios descritos dos 203 artigos selecionados inicialmente, ficaram 36 artigos que foram, então, lidos por completo e analisados. A partir da leitura, nove artigos foram excluídos por não descreverem intervenções de maneira clara. Foram consideradas intervenções claras aquelas que poderiam ser replicadas por seus leitores através da simples leitura do texto publicado. A amostra final conta com um total de 27 artigos. A Figura 1 demonstra o fluxograma das etapas realizadas no procedimento.

Feita a seleção final da amostra de artigos, foi realizada uma classificação dos procedimentos de pesquisa a fim de categorizar os estudos encontrados, utilizando critérios especialmente definidos para este estudo. Os procedimentos das publicações analisadas foram definidos como: (a) Empíricos - artigos realizados com mais de um participante e que seguiram procedimentos-padrão de intervenção para todos os participantes (avaliação inicial ou linha de base, procedimento de intervenção padronizado e avaliação final); (b) Estudos de Caso - artigos que descrevem apenas um caso ou que, apesar de ter mais de um participante, aplicaram e descreveram procedimentos de intervenção diferentes, específicos para cada um dos participantes do estudo; (c) por fim, os artigos classificados como Teóricos - contém descrição de casos encontrados na literatura (não conduzidos diretamente pelos pesquisadores do estudo) e discussão de diretrizes teóricas para a intervenção.

Além da classificação de acordo com o tipo de procedimento de intervenção, os trabalhos também foram classificados a partir das bases teóricas da psicologia utilizadas. Os referenciais encontrados foram Psicanálise, Análise do Comportamento e Psicologia do Desenvolvimento. A opção por enfatizar as bases teóricas dos trabalhos analisados partiu da concepção de que as intervenções são baseadas em referenciais teóricos específicos. Assim, tal como destacado por Lampreia (2007), é importante conhecer o referencial teórico que embasa a intervenção, a fim de praticá-la de maneira mais coerente.

Figura 1
Fluxograma das etapas de triagem da amostra.



Fonte: Elaborado pela autora.

4 RESULTADOS

A amostra final foi organizada de acordo com as referências, o procedimento de pesquisa e a abordagem teórica dos artigos selecionados (Tabela 1). Em seguida, foi realizada uma análise descritiva dos 27 artigos de acordo com a categorização dos tipos de procedimentos. Vinte artigos explicitaram o referencial teórico utilizado em seu título, resumo e palavras-chave. Nos demais, foi possível identificar as abordagens teóricas empregadas para a análise e discussão dos dados a partir da análise dos principais autores citados nas referências

bibliográficas e a utilização de termos técnicos característicos das diferentes abordagens (p. ex.: pulsão, transferência, reforço, modelagem).

Os trabalhos estão organizados na Tabela 1 por ano de publicação, do mais recente para o mais antigo. Artigos com o mesmo ano de publicação estão elencados em ordem alfabética de acordo com o nome do primeiro autor.

Tabela 1

Apresentação dos resultados de acordo com referência do estudo, procedimento de pesquisa e abordagem teórica identificada.

Referência do estudo	Procedimento de pesquisa	Abordagem teórica
1. Gomes, C. G. S., Souza, D. D. G. D., Silveira, A. D., Rates, A. C., Paiva, G. C. D. C. & Castro, N. P. D. (2019). Efeitos de intervenção comportamental intensiva realizada por meio da capacitação de cuidadores de crianças com autismo. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 35.	Empírico	Análise do comportamento
2. Menotti, A. R. S., Domeniconi, C. & Benitez, P. (2019). Atividades aplicadas pelos pais para ensinar leitura para filhos com autismo. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i> , 23.	Empírico	Análise do comportamento
3. Benítez, P. & Domeniconi, C. (2018). Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i> , 22(1), 163-172.	Empírico	Análise do comportamento
4. Brasilense, I. C. D. S., Flores, E. P., Barros, R. D. S. & Souza, C. B. A. D. (2018). Aprendizagem observacional em crianças com autismo: efeitos do ensino de respostas de monitoramento via videomodelação. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 34.	Empírico	Análise do comportamento
5. Guirado, M. (2018). Uma analista do discurso no espectro de tratamentos do autismo. <i>Psicologia USP</i> , 29(1), 135-145.	Teórico	Psicanálise
6. Mesquita, M. & Martins, K. P. H. (2018). Escola de Bonneuil: estudo sobre o tratamento “estourado” do autismo. <i>Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica</i> , 11(1), 61-70.	Estudo de Caso	Psicanálise
7. Ambrós, T., M., B., Correa, A., N., Oliveira, L. D. & Souza, A. P. R. (2017). A musicalização como intervenção precoce junto a bebê com risco psíquico e seus familiares. <i>Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental</i> , 20(3), 560-578.	Estudo de Caso	Psicanálise
8. Jesus, J. C. D., Oliveira, T. P. & Rezende, J. V. D. (2017). Generalização de mandos aprendidos pelo PECS (Picture Exchange Communication System) em crianças com transtorno do espectro autista. <i>Temas em Psicologia</i> , 25(2), 531-543.	Empírico	Análise do comportamento
9. Souza, V. G. L. D., Queiroz, L. R., & Flores, E. P. (2017). Leitura dialógica adaptada para uma criança com transtorno do espectro autista: um estudo preliminar. <i>Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento</i> , 17(1), 87-99.	Estudo de Caso	Análise do comportamento
10. Viana, B. A., Furtado, L. A. R., Vieira, C. A. L. & Stervinou, A. A. M. (2017). A dimensão musical de lalíngua e seus efeitos na prática com crianças autistas. <i>Psicologia USP</i> , 28(3), 337-345.	Estudo de Caso	Psicanálise

Referência do estudo	Procedimento de pesquisa	Abordagem teórica
11. Lerner, A. B. C., Fonseca, P. F., Oliveira, G. & Franco, J. C. (2016). Núcleo de Educação Terapêutica: um espaço de intervenção na clínica com crianças psicóticas. <i>Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental</i> , 19(2), 259-274.	Estudo de Caso	Psicanálise
12. Lima, T. D. M. T. D. & Lerner, R. (2016). Contribuições da noção de pulsão invocante à clínica do autismo e da psicose. <i>Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental</i> , 19(4), 720-736.	Estudo de Caso	Psicanálise
13. Santos, E. L. N. D. & Souza, C. B. A. D. (2016). Ensino de nomeação com objetos e figuras para crianças com autismo. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 32(3).	Empírico	Análise do comportamento
14. Costa, G. O. & Souza, C. B. A. (2015). Ensino de linguagem receptiva para crianças com autismo: comparando dois procedimentos. <i>Acta Colombiana de Psicología</i> , 18(2), 41-50.	Empírico	Análise do comportamento
15. Nunes, D. R. D. P. & Santos, L. B. D. (2015). Mesclando práticas em comunicação alternativa: caso de uma criança com autismo. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i> , 19(1), 59-69.	Estudo de Caso	Análise do comportamento
16. Schmidt, C., Kubaski, C., Bertazzo, J. B. D. & Ferreira, L. D. O. (2015). Intervenção precoce e autismo: um relato sobre o programa Son-Rise. <i>Psicologia em Revista</i> , 21(2), 413-429.	Estudo de Caso	Desenvolvimento
17. Prista, R. M. (2014). Autista fala e pensa: um estudo sobre a mediação da maternagem e paternagem. <i>Vínculo – Revista do NESME</i> , 11(2), 31-40.	Estudo de Caso	Desenvolvimento
18. Rodrigues, F. P. H., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2013). Ludoterapia de Criança com Síndrome de Asperger: Estudo de Caso. <i>Paidéia</i> , 23(54), 121-127.	Estudo de Caso	Psicanálise
19. Carvalho, G. M. M. D. (2012). O ritmo como questão nas manifestações verbais singulares do autista. <i>Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental</i> , 15(4), 781-797.	Estudo de Caso	Psicanálise
20. Nicolino, V. F. & Malerbi, F. E. K. (2011). Promoção de interações sociais entre colegas e criança autista em ambiente de inclusão. <i>Acta Comportamental</i> , 19(1), 107-123.	Estudo de Caso	Análise do comportamento
21. Januário, L. M. & Tafuri, M. I. (2010). A relação transferencial com crianças autistas: uma contribuição a partir do referencial de Winnicott. <i>Psicologia Clínica</i> , 22(1), 57-70.	Teórico	Psicanálise
22. Macedo, C. R. M. D. (2010). A função continente e o uso da contratransferência como instrumentos na psicoterapia de grupo com pacientes com severas perturbações no desenvolvimento do psiquismo. <i>Vínculo – Revista do NESME</i> , 7(2), 23-30.	Estudo de Caso	Psicanálise
23. Marinho, A. A. D. S. (2009). O grupo com autistas como instrumento psicoterapêutico. <i>Vínculo – Revista do Nesme</i> , 6(2), 141-151.	Estudo de Caso	Psicanálise
24. Gomes, C. G. S. & Souza, D. D. G. D. (2008). Desempenho de pessoas com autismo em tarefas de emparelhamento com o modelo por identidade: efeitos da organização dos estímulos. <i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i> , 21(3), 418-429.	Empírico	Análise do comportamento
25. Kupfer, M. C. M., Faria, C. & Keiko, C. (2007). O tratamento institucional do outro na psicose infantil e no autismo. <i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i> , 59(2), 156-166.	Estudo de Caso	Psicanálise
26. Lampreia, C. (2007). A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. <i>Estudos de Psicologia</i> , 24(1), 105-114.	Teórico	Desenvolvimento

Referência do estudo	Procedimento de pesquisa	Abordagem teórica
27. Tafuri, M. I. (2000). O início do tratamento psicanalítico com crianças autistas: transformação da técnica psicanalítica? <i>Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental</i> , 3(4), 122-145.	Estudo de Caso	Psicanálise

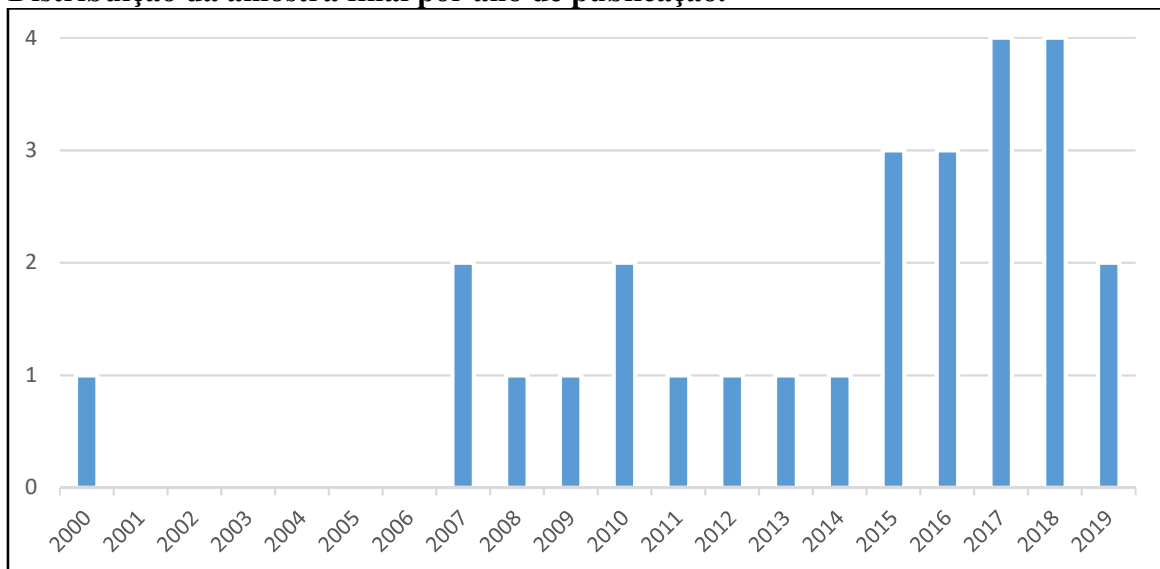
Fonte: Elaborado pela autora.

À exceção de Tafuri (2000), todos os artigos encontrados com foco nas intervenções foram publicados a partir de 2007, fato que demonstra que o interesse dos pesquisadores brasileiros sobre este assunto ainda é relativamente recente. A distribuição dos trabalhos por ano de publicação está representada na Figura 2.

No que tange à classificação das metodologias, três trabalhos foram classificados como Teóricos, oito como Empíricos e 16 como Estudos de Caso (Figura 3). Dentre os trabalhos Teóricos, dois são de linha psicanalítica e um apresenta programas de intervenção baseados em conhecimentos da psicologia do desenvolvimento. Todos os artigos classificados como Empíricos têm a Análise do Comportamento como base teórica principal. Já entre os Estudos de Caso, 11 artigos foram classificados como de referencial psicanalítico, três de referencial analítico-comportamental e dois artigos desenvolvimentistas.

Figura 2

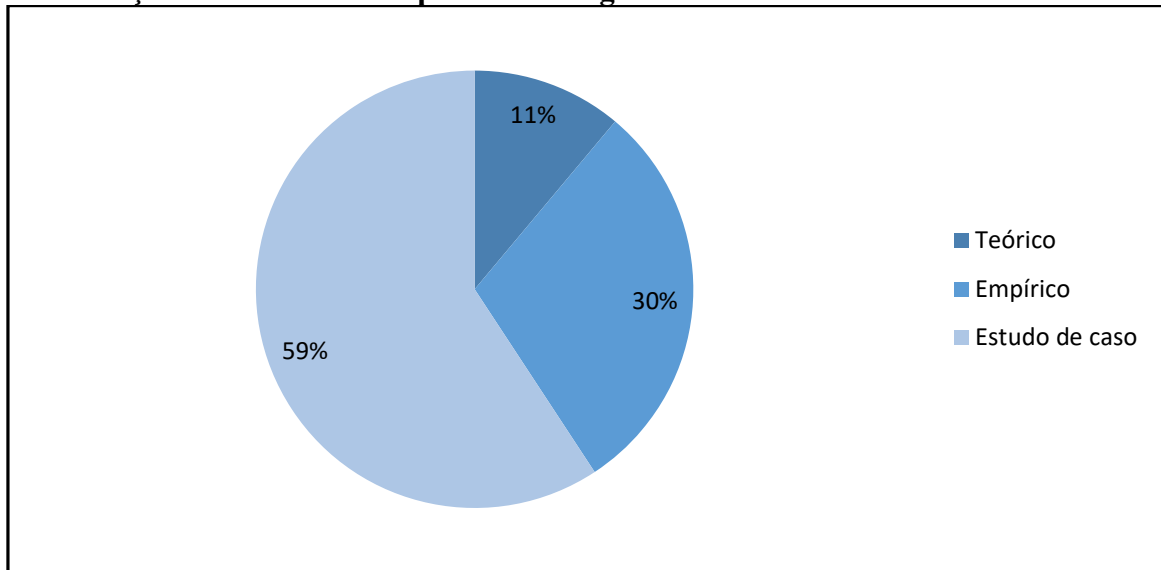
Distribuição da amostra final por ano de publicação.



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, apresentamos uma análise descritiva dos estudos encontrados tendo por base o referencial teórico utilizado, a fim de propiciar uma visualização das diferentes metodologias de intervenções realizadas, a partir de cada um dos referenciais da psicologia.

Figura 3

Distribuição da amostra final por metodologia utilizada

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os artigos Teóricos, Januário e Tafuri (2010) se ocupam da relação transferencial entre analista e paciente com TEA. Eles ressaltam o diferencial de Winnicott, que desenvolveu uma abordagem diferente da que predominava até então, com ênfase nos “vínculos sensoriais não verbais” para a intervenção em crianças que não têm a linguagem vocal desenvolvida. Já Guirado (2018), parte da análise de discurso para refletir de que maneira esta forma de trabalho é possível na clínica com pessoas autistas. Ela conclui que, na ausência de fala, é necessário considerar como “discurso” o brincar, com seus “movimentos, estancamentos, direções de olhar, ocupação do espaço e uso de materiais” (p. 137). Partindo do referencial da Psicologia do Desenvolvimento, Lampreia (2007) dedicou seu artigo a descrever programas de intervenção precoce, dando ênfase às áreas de intervenção destacadas como sendo as mais importantes pelos programas analisados: participação da família como co-terapeutas, jogo com pares, comunicação não verbal, imitação e processamento sensorial. Apesar de serem Teóricos, os três trabalhos aqui citados trazem, no decorrer de seu texto, exemplos de intervenções e comportamentos do psicólogo que podem ser replicados na clínica por seus leitores.

Ao analisar apenas os artigos Empíricos, vale destacar que todos utilizaram como base teórica a Análise do Comportamento. Apesar de contar com apenas dois participantes, a pesquisa de Brasileira, Flores, Barros e Souza (2018) foi considerada empírica pois os autores realizaram procedimentos de pesquisa padronizados e que podem ser replicados para um número maior de participantes. Benitez e Domeniconi (2018) incluíram em seu grupo experimental sete participantes com deficiência intelectual, sendo que três tinham diagnóstico

de TEA. O número de participantes em cada pesquisa variou entre dois e 32, e as idades investigadas também foram bem abrangentes, indo de um ano e três meses até os 31 anos de idade. Apesar dessa abrangência ampla, sete artigos voltaram sua investigação exclusivamente para crianças (participantes com idades até 12 anos e cinco meses) e apenas Gomes e Souza (2008) incluíram em seu estudo autistas adolescentes e adultos. A amostra total desse estudo foi de 20 participantes, sendo sete acima dos 13 anos de idade e discussões acerca da idade dos participantes não foram levantadas pelas autoras.

Em relação à aplicação das intervenções, Brasilense et al. Souza (2018), Costa e Souza (2015), Gomes e Souza (2008) e Santos e Souza (2016) optaram por realizá-las diretamente aos grupos de pesquisa, apenas com o apoio de experimentadores. Jesus, Oliveira e Rezende (2017) incluíram as mães e as professoras como facilitadoras na última fase da pesquisa, quando o procedimento principal já havia sido realizado pelos experimentadores. Menotti, Domeniconi e Benitez (2019) treinaram os pais das crianças avaliadas para aplicar as ferramentas de ensino desejadas, Benitez e Domeniconi (2018) realizaram treinamento de pais e professores e Gomes et al. (2019) deram orientações a pais, babás e estagiários de psicologia e pedagogia.

Os trabalhos classificados como Empíricos também se caracterizaram por utilizarem instrumentos de avaliação para TEA. Os instrumentos utilizados foram a *Childhood Autism Rating Scale* (CARS; Gomes & Souza, 2008; Gomes et al., 2019; Jesus et al., 2017) e o Inventário Portage Operacionalizado (IPO; Gomes et al., 2019). Todos os pesquisadores basearam-se no diagnóstico prévio de TEA para selecionar os indivíduos para a pesquisa. Outros instrumentos gerais para caracterização dos participantes foram: Perfil Psicoeducacional Revisado (PEP-R; Gomes et al., 2019), avaliação de preferência entre múltiplos estímulos (MSWO) e inventário *Assessment of Basic Language and Learning Skills* (ABLLS; Jesus et al., 2017), *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program* (VB-MAPP; Brasilense et al., 2018), Diagnóstico de Leitura e Escrita (DLE – versão adaptada pelas autoras; Menotti et al., 2019), *Assessment of Basic Learning Abilities* (ABLA; Costa & Souza, 2015) e *Peabody Picture Vocabulary Test* (PPVT; Santos & Souza, 2016)

Por fim, entre os Estudos de Caso, o número de participantes variou entre um e seis, com idades entre cinco meses e 34 anos. Os trabalhos de Kupfer, Faria e Keiko (2007), Prista (2014) e Viana, Furtado, Vieira e Stervinou (2017) são exceções. Nos dois primeiros, as autoras trazem relatos de experiência de instituições e citam os comportamentos observados de uma criança e de uma família, respectivamente, mas não informam as idades. Viana et al. (2017) citam mais de um exemplo, porém apenas um traz intervenções que podem ser replicadas. A idade desta criança também não foi informada. O artigo de Ambrós, Correa, Oliveira e Souza

(2017) é o único da amostra final que relata o caso de um bebê com menos de um ano. Segundo as autoras, o bebê apresentava risco de evolução para o autismo, dado que, nesta idade, não é possível ter um diagnóstico formal.

Ainda em relação às idades dos participantes, se destacam os artigos de Macedo (2010), Marinho (2009) e Mesquita e Martins (2018) que selecionaram participantes acima dos 13 anos de idade. Macedo (2010) relatou a experiência de um grupo de intervenção para 6 pessoas autistas com idades entre 17 e 34 anos. Marinho (2009) também se dedicou à intervenção em grupo. O grupo conta com 4 participantes, sendo dois adolescentes (14 e 16 anos de idade). Mesquita e Martins (2018), de maneira semelhante ao que foi realizado por Kupfer et al. (2007), Prista (2014) e Viana et al. (2017), relatam a experiência vivida em uma instituição, destacando o caso de um adolescente de 14 anos.

A aplicação das intervenções nos Estudos de Caso se deu de maneiras variadas. Ao selecionar apenas os artigos de Psicanálise, Carvalho (2012) relatou intervenção individualizada ao participante. Rodrigues, Sei e Arruda (2013) mantiveram o foco no atendimento realizado por profissional da psicologia, com atendimentos pontuais à mãe do participante. Tafuri (2000) realizou intervenções individuais, com frequência de três vezes por semana, mas também incluiu uma sessão semanal com os pais. Lerner, Fonseca, Oliveira e Franco (2016) selecionaram uma criança e a submeteram tanto a atendimentos individuais quanto a sessões em grupo. Lima e Lerner (2016) e Viana et al. (2017) relataram oficinas de música em grupo. No trabalho de Ambrós et al. (2017) a intervenção foi realizada em um grupo de musicalização, juntamente com dois bebês sem sinais de risco para o autismo e suas mães. Macedo (2010) e Marinho (2009) observaram e descreveram sessões de grupos de terapia que já ocorriam regularmente. Mesquita e Martins (2018) descrevem o caso de um jovem institucionalizado e acompanhado por uma equipe de tratamento. Kupfer et al. (2007) relataram as intervenções que ocorrem em uma instituição na qual várias oficinas são realizadas ao mesmo tempo, em salas diferentes, dando às crianças a liberdade de transitar entre os ambientes.

Observando apenas os artigos analítico-comportamentais, constatou-se que Souza, Queiroz e Flores (2017) realizaram intervenção individualizada, Nunes e Santos (2015) instruíram a professora de apoio pedagógico para aplicar o procedimento e Nicolino e Malerbi (2011) planejaram e executaram uma intervenção que foi realizada pelo pesquisador no ambiente escolar.

Nos dois artigos baseados em Desenvolvimento, Schmidt, Kubaski, Bertazzo e Ferreira (2015) aplicaram o método descrito em sessões domiciliares realizadas por experimentadores e pelos pais da criança enquanto Prista (2014) descreveu sessões que ocorriam em uma

instituição, na qual eram realizadas observação da interação entre a criança e seus pais e intervenções somente com os pais.

5 DISCUSSÃO

O objetivo do presente trabalho foi buscar e analisar a produção científica brasileira acerca das intervenções aplicadas a pessoas com diagnóstico de TEA, nos últimos 20 anos. Foram encontrados 27 artigos que atendem a este objetivo (média de 1,35 publicações por ano). Tal como foi explicitado, há um aumento significativo na demanda por intervenções precoces e de qualidade, e as publicações científicas atualizadas e veiculadas por meio na internet seriam a maneira mais acessível de viabilizar este conhecimento para os profissionais da psicologia. Podemos supor que o baixo número de artigos encontrados reflete a realidade da formação oferecida aos psicólogos no Brasil, podendo ser um dos motivos para o baixo nível de conhecimento dos estudantes de psicologia acerca do TEA ao final da graduação, tal como analisado por Paula et al. (2016). Conclui-se que, se não há formação adequada durante a graduação em psicologia e a informação veiculada através de publicações científicas é insuficiente, o profissional que se interessar pelo tema deverá investir em livros e formações pagas, dificultando, assim, o acesso à informação.

Ao analisar os trabalhos de acordo com sua abordagem teórica observou-se que, em linhas gerais, os trabalhos de referencial psicanalítico tendem a se preocupar com a totalidade dos sujeitos de pesquisa, mantendo o foco em como agir com cada indivíduo atendido e utilizando métodos de pesquisa mais qualitativos. Os trabalhos publicados com base na Análise do Comportamento seguem métodos científicos mais rígidos, de acordo a tradição experimental da área e, por estarem em maior número, geram maior abrangência populacional, embora o foco ainda seja em análises mais ontogenéticas. Dos três artigos baseados em Desenvolvimento selecionados para este trabalho, dois se ocupam em descrever programas de intervenção (ambos Teóricos) e um realizou entrevista e análise de caso de uma família (Estudo de Caso).

Um erro comum entre os leitores que não conhecem a Análise do Comportamento de maneira aprofundada é afirmar que os profissionais desta abordagem não se preocupam com a individualidade do sujeito. Sampaio et. al. (2008) afirmam que “os delineamentos de sujeito único têm como característica principal tratar os sujeitos individualmente, tanto no que se refere às decisões relativas ao próprio delineamento, quanto ao processamento dos dados [...]” (p. 154). Os trabalhos Empíricos analisados no presente estudo traçaram linhas de base, comparando o sujeito consigo mesmo, seus ganhos e perdas, (Benitez & Domeniconi, 2018;

Brasilense et al., 2018; Costa & Souza, 2015; Gomes et. al., 2019; Jesus et al., 2017; Menotti et al., 2019; Santos & Souza, 2016) e/ou estipulando possíveis reforçadores específicos para cada sujeito (Brasilense et al., 2018; Costa & Souza, 2015; Gomes & Souza, 2008; Gomes et. al., 2019; Jesus et al., 2017; Santos & Souza, 2016). Desta forma, é possível afirmar que as três bases teóricas aqui apresentadas permitem a realização de pesquisas com delineamento de sujeito único. Os trabalhos aqui descritos concordam com a ideia de que as intervenções no TEA devem se dar a partir dos interesses do próprio sujeito, respeitando suas dificuldades e limitações, mas criando oportunidades para o desenvolvimento de comportamentos mais adaptativos.

Os diferentes métodos de pesquisa em psicologia identificados (Empíricos, Estudo de Caso ou Teóricos) apresentam pontos fortes e fracos, o que torna interessante a realização dos três tipos de método com a mesma população. Os trabalhos Teóricos descritos reúnem literatura relevante acerca do tema proposto. Lampreia (2007), inclusive, cita e traduz para nosso idioma dados publicados originalmente em língua estrangeira. Estes aspectos direcionam e tornam mais acessível o estudo para o leitor que esteja iniciando sua busca no campo do autismo. O ponto fraco deste tipo de pesquisa é a ausência de casos clínicos reais, o que pode dificultar a aplicação das intervenções propostas no dia a dia do profissional.

Os trabalhos Empíricos e Estudos de Caso também citam referências teóricas, mas não se atêm a elas. Em se tratando apenas dos estudos Empíricos, tal como explicitado anteriormente, tem-se a vantagem de apresentarem métodos padronizados e descrições detalhadas acerca das intervenções realizadas, contribuindo para sua replicabilidade. Por outro lado, para que cada intervenção seja viabilizada, é necessário que haja uma sensibilidade do profissional da psicologia no intuito de escolher entre as opções disponíveis qual seria a mais efetiva para cada indivíduo e em cada momento de seu desenvolvimento. A simples replicação de estudos bem-sucedidos não garante o sucesso das intervenções. Neste sentido, os Estudos de Caso podem ser considerados um meio-termo pois utilizam, com o mesmo peso, teoria e prática.

Os Estudos de Caso têm como ênfase o processo de aplicação da teoria na prática, permitindo e até estimulando a adaptação da teoria para a realidade de cada sujeito. Esta maleabilidade, desde que bem direcionada, é vantajosa para o acompanhamento dos casos clínicos, já que permite a personalização das intervenções realizadas, o que corrobora com o que foi dito por Benitez e Domeniconi (2018), Lampreia (2007), Ministério da Saúde (2014), SBP et. al. (2019) e Xu *et.al.* (2018). Como ponto fraco deste método temos a possibilidade de que estas intervenções não sejam realizadas de maneira eficaz, a depender da experiência de cada profissional, podendo levar a erros no processo de intervenção.

Dado que uma das características diagnósticas dos TEA é a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, entende-se que é necessário que as intervenções sejam aplicadas em diferentes contextos (casa, escola, consultório do profissional, entre outros). Neste sentido, é importante ressaltar a relevância dos estudos de intervenções realizadas nos ambientes domiciliar (Benitez & Domeniconi, 2018; Gomes et al., 2019; Jesus et al., 2017; Lampreia, 2007; Schmidt, et al., 2015) e escolar (Benitez & Domeniconi, 2018; Gomes & Souza, 2008; Jesus et al. 2017; Lampreia, 2007; Lerner et al., 2016; Mesquita & Martins, 2018; Nicolino & Malerbi, 2011; Souza et al., 2017). Os meios sociais favorecem o surgimento de situações cotidianas, aproximando o indivíduo das variáveis que ele poderá encontrar em seu dia-a-dia. Quando as intervenções são realizadas nestes contextos, espera-se que haja uma maior facilidade do sujeito em resolver situações-problema, mesmo quando as pessoas familiares não estiverem presentes.

Seguindo o mesmo raciocínio, a capacitação/orientação aos pais e cuidadores torna-se fundamental para o acompanhamento das pessoas com diagnóstico de TEA (Benitez & Domeniconi, 2018; Gomes et al., 2019; Jesus et al., 2017; Lampreia, 2007; Menotti et al., 2019; Prista, 2014; Rodrigues et al., 2013; Schmidt et al., 2015; Souza et al., 2017; Tafuri, 2000) e profissionais da educação (Benitez & Domeniconi, 2018; Jesus et al., 2017; Lerner et al., 2016; Mesquita & Martins, 2018; Nunes & Santos, 2015; Souza et al., 2017; Tafuri, 2000) Como os terapeutas que as acompanham têm um tempo limitado para a realização das intervenções, a capacitação de pais e profissionais que lidam com o indivíduo no dia a dia amplia o número de horas de intervenção do indivíduo no meio social, podendo maximizar os efeitos das intervenções. Ainda assim, apenas 39% dos estudos selecionados incluíram profissionais da área da educação (10% - Benitez & Domeniconi, 2018; Jesus et al., 2017; Lampreia, 2007; Mesquita & Martins, 2018; Nunes & Santos, 2015; Souza et al., 2017; Tafuri, 2000), e pais e cuidadores (29% - Ambrós et al., 2017; Benitez & Domeniconi, 2018; Gomes et al., 2019; Jesus et al., 2017; Lampreia, 2007; Menotti et al., 2019; Prista, 2014; Rodrigues et al., 2013; Schmidt et al., 2015; Souza et al., 2017; Tafuri, 2000) no processo.

Em se tratando da intervenção precoce, destaca-se os trabalhos de Benitez e Domeniconi (2018), Brasilense et al. (2018), Carvalho (2012), Ambrós e Correa et al. (2017), Gomes et al. (2019), Januário e Tafuri (2010), Lampreia (2007) e Schmidt et al. (2015), que incluíram em suas amostras crianças de até quatro anos e 11 meses de idade. A intervenção precoce tem sido apontada como determinante na eficácia das intervenções aplicadas, o que torna primordial que sejam realizados estudos com foco nesta faixa etária.

Foram utilizados apenas dois instrumentos diagnósticos nos artigos analisados. O M-Chat, sugerido pelo Ministério da Saúde, não foi incluído nas pesquisas, mesmo após a data de publicação da cartilha (2014). Os instrumentos aqui utilizados também não constam na lista de testes liberados ao psicólogo, constante no site do SATEPSI. No entanto, o presente trabalho teve como foco principal as intervenções, e não as avaliações dos TEA. Assim, é possível que se encontre resultados diferenciados ao selecionar apenas os artigos relacionados à avaliação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente revisão bibliográfica apontam que o Brasil ainda tem muito a avançar no que tange à intervenção oferecida às pessoas com diagnóstico de TEA. Profissionais da medicina e da educação não têm conhecimentos suficientes acerca do tema. Sobre a psicologia, especificamente, observou-se que a produção científica do país reflete o conhecimento acerca do autismo oferecido nas graduações: ambos ainda são limitados e insuficientes. Considerando que, no período dos últimos 20 anos, foram encontrados apenas 203 artigos com as palavras-chave referentes aos TEA, temos uma média de 10,15 publicações ao ano. Assim, a responsabilidade de difundir conhecimento acerca dos TEA atribuída aos psicólogos por Visani e Rabello (2012) torna-se muito difícil de ser alcançada por estes profissionais no Brasil.

A comparação entre os dados encontrados no presente estudo e os dados norte-americanos apontados por Oda (2018) e Pastrana et al. (2018) indicam o tamanho da lacuna existente entre as produções científicas dos EUA e do Brasil, tanto em quantidade quanto em controle de qualidade. Ainda temos muitos caminhos a percorrer para dar às pessoas diagnosticadas com TEA no Brasil um acompanhamento adequado.

REFERÊNCIAS

- Ambrós, T., M., B., Correa, A., N., Oliveira, L. D. & Souza, A. P. R. (2017). A musicalização como intervenção precoce junto a bebê com risco psíquico e seus familiares. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 20(3), 560-578.
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Benitez, P. & Domeniconi, C. (2018). Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 163-172.
- Bosa, C. A., Zanon, R. B. & Backes, B. (2016). Autismo: construção do protocolo de avaliação do comportamento da criança – Protea-R. *Revista Psicologia - Teoria e Prática*, 18(1), 194-205.
- Brasilense, I. C. D. S., Flores, E. P., Barros, R. D. S. & Souza, C. B. A. D. (2018). Aprendizagem observacional em crianças com autismo: efeitos do ensino de respostas de monitoramento via videomodelação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34.
- Carvalho, G. M. M. D. (2012). O ritmo como questão nas manifestações verbais singulares do autista. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(4), 781-797.
- Conselho Federal de Medicina (2009). CFM reforça que a prescrição de medicamentos está restrita a médicos. *Portal Médico*. Recuperado a partir de <http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8970:&catid=3>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- Conselho Federal de Psicologia (2020). SATEPSI: Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. Recuperado a partir de <http://satepsi.cfp.org.br/lista_teste_completa.cfm>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- Costa, G. O. & Souza, C. B. A. (2015). Ensino de linguagem receptiva para crianças com autismo: Comparando dois procedimentos. *Acta Colombiana de Psicología*, 18(2), 41-50.
- Flores, M. R. & Smeha, L. N. (2013). Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. *Ágora*, 16, 141-157.
- Gomes, C. G. S. & Souza, D. D. G. D. (2008). Desempenho de pessoas com autismo em tarefas de emparelhamento com o modelo por identidade: efeitos da organização dos estímulos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 418-429.
- Gomes, C. G. S., Souza, D. D. G. D., Silveira, A. D., Rates, A. C., Paiva, G. C. D. C. & Castro, N. P. D. (2019). Efeitos de intervenção comportamental intensiva realizada por meio da capacitação de cuidadores de crianças com autismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.
- Guirado, M. (2018). Uma analista do discurso no espectro de tratamentos do autismo. *Psicologia USP*, 29(1), 135-145.
- Hahler, E. M., & Elsabbagh, M. (2015). Autism: A global perspective. *Current Developmental Disorders Reports*, 2(1), 58-64.

- Januário, L. M. & Tafuri, M. I. (2010). A relação transferencial com crianças autistas: uma contribuição a partir do referencial de Winnicott. *Psicologia Clínica*, 22(1), 57-70.
- Jesus, J. C. D., Oliveira, T. P. & Rezende, J. V. D. (2017). Generalização de mandos aprendidos pelo PECS (Picture Exchange Communication System) em crianças com transtorno do espectro autista. *Temas em Psicologia*, 25(2), 531-543.
- Kinippeberg, C. P., Garcia, F. S., & Machado, L. V. (2020). Autismo e avaliação psicológica: revisão de literatura. *Psicologia & Conexões*, 1(1).
- Kupfer, M. C. M., Faria, C. & Keiko, C. (2007). O tratamento institucional do outro na psicose infantil e no autismo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 156-166.
- Lampreia, C. (2007). A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. *Estudos de Psicologia*, 24(1), 105-114.
- Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. (2019). Recuperado a partir de <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13861-18-julho-2019-788841-publicacaooriginal-158748-pl.html>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- Lerner, A. B. C., Fonseca, P. F., Oliveira, G. & Franco, J. C. (2016). Núcleo de Educação Terapêutica: um espaço de intervenção na clínica com crianças psicóticas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(2), 259-274.
- Lemos, E. L. D. M. D., Salomão, N. M. R., Aquino, F. D. S. B., & Agripino-Ramos, C. S. (2016). Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(3), 351-361.
- Lima, T. D. M. T. D. & Lerner, R. (2016). Contribuições da noção de pulsão invocante à clínica do autismo e da psicose. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(4), 720-736.
- Macedo, C. R. M. D. (2010). A função continente e o uso da contratransferência como instrumentos na psicoterapia de grupo com pacientes com severas perturbações no desenvolvimento do psiquismo. *Vínculo – Revista do NESME*, 7(2), 23-30.
- Marinho, A. A. D. S. (2009). O grupo com autistas como instrumento psicoterapêutico. *Vínculo – Revista do Nesme*, 6(2), 141-151.
- Melnik, T., de Souza, W. F., & de Carvalho, M. R. (2014). A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. *Revista Costarricense de Psicología*, 33(2), 79-92.
- Menotti, A. R. S., Domeniconi, C. & Benitez, P. (2019). Atividades aplicadas pelos pais para ensinar leitura para filhos com autismo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23.
- Mesquita, M. & Martins, K. P. H. (2018). Escola de Bonneuil: estudo sobre o tratamento “estourado” do autismo. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 11(1), 61-70.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (2014). *Diretrizes de Atenção à reabilitação da pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)*. Brasília: Ministério da Saúde.

- Nicolino, V. F. & Malerbi, F. E. K. (2011). Promoção de interações sociais entre colegas e criança autista em ambiente de inclusão. *Acta Comportamental*, 19(1), 107-123.
- Nunes, D. R. D. P. & Santos, L. B. D. (2015). Mesclando práticas em comunicação alternativa: caso de uma criança com autismo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(1), 59-69.
- Oda, F. S. (2018). Análise do Comportamento e Autismo: Marcos históricos descritos em publicações norte-americanas influentes. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20(3), 86-98.
- Pastrana, S. J., Frewing, T. M., Grow, L. L., Nosik, M. R., Turner, M. & Carr, J. E. (2018). Frequently Assigned Readings in Behavior Analysis Graduate Training Programs. *Behavior Analysis in Practice*, 11, 267-273.
- Paula, C. S., Belisário Filho, J. F., & Teixeira, M. C. T. V. (2016). Estudantes de psicologia concluem a graduação com uma boa formação em autismo?. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 206-221.
- Prista, R. M. (2014). Autista fala e pensa: um estudo sobre a mediação da maternagem e paternagem. *Vínculo – Revista do NESME*, 11(2), 31-40.
- Rodrigues, F. P. H., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2013). Ludoterapia de Criança com Síndrome de Asperger: Estudo de Caso. *Paidéia*, 23(54), 121-127.
- Sampaio, A. A. S., Azevedo, F. H. B., Cardoso, L. R. D., Lima, C., Pereira, M. B. R. & Andery, M. A. P. A. (2008). Uma introdução aos delineamentos experimentais de sujeito único. *Interação em Psicologia*, 12(1), 151-164.
- Santos, E. L. N. D. & Souza, C. B. A. D. (2016). Ensino de nomeação com objetos e figuras para crianças com autismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3).
- Schmidt, C., Kubaski, C., Bertazzo, J. B. D. & Ferreira, L. D. O. (2015). Intervenção precoce e autismo: um relato sobre o programa Son-Rise. *Psicologia em Revista*, 21(2), 413-429.
- Schmidt, C., Nunes, D. R. D. P., Pereira, D. M., Oliveira, V. F. D., Nuernberg, A. H. & Kubaski, C. (2016). Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 222-235.
- Seize, M. D. M., & Borsa, J. C. (2017). Instrumentos para rastreamento de sinais precoces do autismo: revisão sistemática. *Psico-USF*, 22(1), 161-176.
- Sociedade Brasileira de Pediatria (2019). Manual de orientação: Transtorno do Espectro do Autismo. Recuperado de:
<https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- Souza, V. G. L. D., Queiroz, L. R., & Flores, E. P. (2017). Leitura dialógica adaptada para uma criança com transtorno do espectro autista: um estudo preliminar. *Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento*, 17(1), 87-99.

Tafari, M. I. (2000). O início do tratamento psicanalítico com crianças autistas: transformação da técnica psicanalítica? *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 3(4), 122-145.

Viana, B. A., Furtado, L. A. R., Vieira, C. A. L. & Stervinou, A. A. M. (2017). A dimensão musical de lalíngua e seus efeitos na prática com crianças autistas. *Psicologia USP*, 28(3), 337-345.

Visani, P. & Rabelo, S. (2012). Considerações sobre o diagnóstico precoce na clínica do autismo e das psicoses infantis. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(2), 293-308.

Xu, G., Strathearn, L., Liu, B., O'brien, M., Kopelman, T. G., Zhu, J., ... & Bao, W. (2019). Prevalence and treatment patterns of autism spectrum disorder in the United States, 2016. *JAMA pediatrics*, 173(2), 153-159.

Zanon, R. B., Backes, B. & Bosa, C. A. (2017). Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(1), 152-163.